

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS SANTA INÊS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALMERINDA DANIELY MELONIO DA CRUZ
MARIA EDUARDA SILVA DA CONCEIÇÃO
RAYANE MELONIO DA CRUZ

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do
município de Santa Inês – MA.

Santa Inês

2026

ALMERINDA DANIELY MELONIO DA CRUZ
MARIA EDUARDA SILVA DA CONCEIÇÃO
RAYANE MELONIO DA CRUZ

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do
município de Santa Inês – MA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para
a obtenção do grau de licenciatura plena
em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Pereira de
Oliveira

Santa Inês

2026

ALMERINDA DANIELY MELONIO DA CRUZ
MARIA EDUARDA SILVA DA CONCEIÇÃO
RAYANE MELONIO DA CRUZ

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do
município de Santa Inês – MA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para
a obtenção do grau de licenciatura plena
em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Pereira de
Oliveira

/Aprovado em: 03/07/2026

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
FLAVIO PEREIRA DE OLIVEIRA
Data: 09/09/2026 17:45:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Flávio Pereira de Oliveira (Orientador)

Doutor em Educação

Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente
LUCENILDA SUELI MENDES CAVALCANTE ABREU
Data: 14/08/2026 23:42:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Dra. Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente
MARCIA ROBERTA DE SOUSA
Data: 15/08/2026 12:43:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Esp. Marcia Roberta de Sousa

Especialista em Psicologia da Educação

Universidade Estadual do Maranhão

FICHA CATALOGRÁFICA

Cruz, Almerinda Daniely Melônio da.

A relação escola e família: um estudo de caso em uma escola pública no município de Santa Inês - MA / Almerinda Daniely Melônio da Cruz, Rayane Melônio da Cruz, Maria Eduarda Silva da Conceição. - Santa Inês - MA, 2026. 43 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Pereira.

1. Educação Infantil. 2. Família. 3. Participação. I. Cruz, Rayane Melônio da. II. Conceição, Maria Eduarda Silva da. III. Título.

CDU: 373.2

"A educação escolar não pode prescindir da participação da família, pois é na articulação entre ambas que se potencializa o processo formativo, garantindo que os conhecimentos sistematizados na escola encontrem ressonância na experiência vivida no âmbito familiar." Dermeval Saviani (1995).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda a trajetória acadêmica, iluminando cada passo desta caminhada e tornando possível a realização deste trabalho.

À família, pelo apoio incondicional, incentivo constante e compreensão diante dos desafios enfrentados durante o percurso acadêmico, sendo fonte permanente de motivação e equilíbrio.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pela formação acadêmica proporcionada, pelo compromisso com a educação pública de qualidade e pelas oportunidades de crescimento intelectual e profissional ao longo da graduação.

Aos professores da UEMA, que contribuíram de forma significativa para a construção do conhecimento, compartilhando saberes, experiências e orientações fundamentais para a formação profissional e humana.

De modo especial, ao orientador Prof. Dr. Flávio Pereira, pela disponibilidade, orientação segura, compromisso acadêmico e valiosas contribuições, que foram essenciais para o desenvolvimento e a consolidação deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a relação entre escola e família e seus impactos na aprendizagem em uma escola pública de Santa Inês – MA. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é decisiva para o desenvolvimento integral da criança, e a articulação entre os contextos familiar e escolar é fundamental para aprendizagens significativas. Apesar de os dispositivos legais brasileiros atribuírem corresponsabilidade à família e ao Estado, na prática observa-se muitas vezes o distanciamento das famílias, seja por limitações materiais ou por fragilidades institucionais que dificultam o diálogo e a participação. A pesquisa busca responder se e em que medida a participação da família ocorre e quais impactos ela produz na aprendizagem das crianças. O objetivo geral é refletir sobre essa relação e seus efeitos, enquanto os objetivos específicos incluem compreender percepções de gestores, professoras e famílias; identificar como a escola organiza a participação familiar; e apontar desafios e impactos dessa presença qualificada nos processos de escolarização. A relevância do estudo decorre da constatação de que a participação familiar nem sempre se efetiva conforme previsto em lei, exigindo uma análise contextualizada das realidades socioculturais e econômicas. Os dados empíricos evidenciaram que a relação é marcada por avanços e desafios estruturais e culturais. Constatou-se que a gestão desenvolve práticas acolhedoras e de diálogo, anulando a hipótese de rigidez burocrática. Por outro lado, o distanciamento familiar não decorre de apatia ou desinteresse voluntário, mas sim de determinantes socioeconômicos e limitações materiais, como extensas jornadas de trabalho. Como estratégias de aproximação, além de projetos e prática pedagógicas, destacam-se a comunicação positiva e o uso do Instagram institucional como facilitador de transparência. Conclui-se que a união entre escola e família é pilar indispensável para o pleno desenvolvimento integral das crianças bem pequenas, exigindo ações intencionais e sensíveis à realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Família, Participação.

ABSTRACT

This undergraduate thesis focuses on the relationship between school and family in a public school in Santa Inês – MA. Early Childhood Education, the first stage of Basic Education, is decisive for the integral development of the child, and the articulation between family and school contexts is fundamental for meaningful learning. Although Brazilian legal provisions attribute shared responsibility to the family and the State, in practice, family distancing is often observed, whether due to material limitations or institutional weaknesses that hinder dialogue and participation. The research seeks to answer whether and to what extent family participation occurs in the daily school routine. The general objective is to reflect on this relationship, while the specific objectives include understanding the perceptions of school management, teachers, and families; identifying how the school organizes family participation; and pointing out the challenges of this qualified presence in schooling processes. The relevance of the study stems from the observation that family participation does not always materialize as provided by law, requiring a contextualized analysis of sociocultural and economic realities. Empirical data showed that the relationship is marked by advances as well as structural and cultural challenges. It was found that school management develops welcoming and dialogue practices, invalidating the hypothesis of a rigid and bureaucratic stance. On the other hand, family distancing does not stem from apathy or voluntary disinterest, but from socioeconomic determinants and material limitations, such as long working hours. As approach strategies, in addition to projects and pedagogical practices, positive communication and the use of the institutional Instagram as a facilitator of transparency stand out. It is concluded that the union between school and family is an indispensable pillar for the full integral development of very young children, requiring intentional actions that are sensitive to social reality.

KEYWORDS: Education. Family. Participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Concepção de Educação, Cultura e Sociedade	12
2.2 Concepção de Infância	13
2.3 Concepção de Família	15
2.4 Da Perspectiva Teórica ao “chão” da realidade: o que dizem as pesquisas sobre a relação familiar/escola e seus impactos na aprendizagem escolar	18
3. DO PERCURSO METODOLÓGICO	22
3.1 Tipo de Pesquisa e Abordagem Metodológica	22
3.2 Universo da Pesquisa	24
3.3 Resultados e Discussão	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICES	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema A Relação Escola e Família: um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA. A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, ocupa lugar central no desenvolvimento integral da criança. Nessa etapa, a articulação entre os contextos familiar e escolar revela-se decisiva para a construção de aprendizagens significativas.

A problematização do tema parte do reconhecimento de que, embora os dispositivos legais brasileiros atribuam à família e ao Estado a responsabilidade compartilhada pela educação, essa corresponsabilidade nem sempre se efetiva na prática escolar. Em muitos contextos, observa-se o distanciamento das famílias, seja por limitações materiais, seja por fragilidades institucionais que dificultam o diálogo e a participação. Tal cenário levanta questionamentos sobre o papel da escola na construção de estratégias que aproximem as famílias e sobre as condições objetivas que influenciam essa relação.

À luz do exposto, a pesquisa tem como pergunta norteadora se e em que medida tem ocorrido a participação da família na escola e quais impactos no processo de aprendizagem das crianças? A partir dessa questão, busca-se compreender como se estabelecem as relações entre família e escola, quais fatores dificultam ou favorecem essa parceria e quais reflexos essas interações produzem na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

A partir disso, tem-se como objetivo geral refletir sobre a relação família e escola, se e como tem ocorrido sua prática e quais impactos que essa produz no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

No que se refere aos objetivos específicos, a pesquisa delimitou três horizontes nessa direção, sendo o primeiro: busca-se compreender as percepções dos gestores (a), das professoras e das famílias sobre a relação família e escola; o segundo se propõe a identificar como a escola organiza a participação da família no cotidiano do fazer pedagógico; e o terceiro se pretende para identificar/apontar os principais desafios e os impactos potenciais da participação qualificada da família nos processos de escolarização, indicando que se tal participação for pensada de maneira metodológica e

pedagogicamente, com certeza terá efeito prático de modo somativo nos processos de aprendizagens, sendo o movimento inverso, também uma verdade.

A relevância do tema decorre da recorrente constatação, no cotidiano escolar, de que a participação familiar nem sempre se efetiva conforme previsto nos dispositivos legais. Embora a legislação reconheça a corresponsabilidade educativa, as diferentes realidades dos contextos familiares precisam ser consideradas e analisadas – à luz de uma leitura antropocêntrica – antes mesmo de se emitir qualquer juízo de valor, do tipo “as famílias não participam da escola; não querem acompanhar a vida escolar dos seus filhos, etc”.

É preciso perguntar: em que contexto sociopolítico-econômico-cultural a escola está inserida? Quem são os alunos? Como vivem? Que concepção de família estamos nos referindo? Como a escola pensa e organiza suas estruturas para que seja possível a acolhida das famílias e, por extensão disso, sua participação na vida escola? Essas e outras indagações são da ordem do dia para se compreender os porquês que gravitam em torno dessa relação.

Para tanto, surge a necessidade de compreensão de que o processo educativo não acontece de forma isolada, mas está diretamente relacionado às interações estabelecidas entre a escola e o contexto familiar do aluno. Pois longo da nossa formação e vivências no estágio foi possível perceber que essa participação exerce influência significativa no desenvolvimento das crianças, despertando o interesse em aprofundar esse estudo. Logo essas experiências evidenciaram a necessidade de fortalecer a parceria entre escola e família como elemento fundamental para a promoção de uma aprendizagem mais significativa.

Assim, o estudo se mostra relevante por possibilitar a compreensão sobre os impactos da relação das duas instituições citadas, de modo a que favoreça o desenvolvimento integral da criança e a construção de um ambiente educacional mais participativo e acolhedor.

Diante da problemática, foram levantadas hipóteses iniciais que refletem o discurso recorrente e o senso comum no ambiente escolar a respeito do afastamento familiar e educacional. A primeira hipótese traz como premissa de que a participação da família na Educação Infantil é neutralizada quando a instituição escolar adota uma postura rígida e burocrática, onde as ações de acolhimento e diálogo são meramente formais.

A segunda hipótese presume que a escassa participação dos pais ou responsáveis na educação ocorre primordialmente da falta de interesse, apatia e negligência familiar

em relação ao desenvolvimento escolar. E motivada também pelo fato de que os pais priorizarem outras atividades e os ganhos econômicos.

A terceira hipótese assume o pressuposto de que a própria gestão escolar adota uma postura de omissão, deixando de criar estratégias de comunicação e acolhimento pois acredita no desinteresse da comunidade; ao mesmo tempo, os próprios familiares rejeitam os poucos meios de comunicação existentes.

A pesquisa está fundamentada em autores que discutem a relação família e escola, a gestão democrática e a Educação Infantil, entre eles: Paro (2016), Libâneo (2018), Kramer (2011), Luck (2017), Minayo (2014), Bardin (2016) e Gil (2019). Além disso, serão considerados dispositivos legais que orientam a Educação Infantil no Brasil, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e a Base Nacional Comum Curricular (2017), que reconhecem a corresponsabilidade entre família e escola e a importância da participação familiar no processo educativo.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica, discutindo os conceitos e pressupostos sobre família e escola na Educação Infantil, a importância da participação familiar no processo de aprendizagem e os desafios e possibilidades dessa parceria na escola pública. O segundo capítulo aborda a metodologia da pesquisa, detalhando o tipo de estudo, o campo da pesquisa, os participantes, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise. O terceiro capítulo apresenta os resultados e a discussão, articulando os dados empíricos com o referencial teórico e os dispositivos legais. Por fim, o quarto capítulo traz as considerações finais, retomando os principais achados da pesquisa e apontando reflexões e contribuições para o campo educacional

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Concepção de Educação, Cultura e Sociedade

A concepção de educação está ligada a maneira como o processo educativo é compreendido e desenvolvido ao longo da história, caracteriza-se em um processo influenciado por fatores sociais, culturais e históricos que definem os seus objetivos e finalidades, ao entendemos que a educação é uma ferramenta que molda a sociedade, torna-se necessário compreender o seu papel mediador perante a cultura.

Para o filósofo, a educação não é apenas um acúmulo de informações, mas o desenvolvimento de virtudes éticas que sustentam o ser humano. Nos *Analectos*, Confúcio evidencia a centralidade da formação moral ao afirmar que “se o governo é virtuoso, o povo o seguirá sem necessidade de ordens” (*Analectos*,13:6) demonstrando que a conduta ética é fundamental para a organização da sociedade. Sob essa ótica, é círculo familiar que a criança passa a desenvolver valores éticos que sustentam o ser humano, uma educação formação formada em princípios gera o desenvolvimento de uma sociedade equilibrada.

Paulo Freire (1987, pg. 68) complementa essa visão ao propor uma educação que não seja apenas um depósito de informações, mas um “ato de liberdade e conscientização”. Ele reforça que esse processo deve partir da “leitura de mundo” para que o aluno, esse processo só é completo quando o aluno consegue transformar a sua realidade ao interligar os saberes escolares as suas práticas culturais e relações sociais.

Uma vez que a escola se estabelece com um espaço onde diferentes realidades se interligam, ela se configura como um ambiente de interação entre culturas, saberes e experiências diversas. Na direção disso, Moreira e Candau (2008, p.15) sustentam que “a escola é, de fato um cruzamento de culturas, fluída e complexa, atravessada por influências e processos sociais de diferentes procedências”. Isso porque a escola não é um ambiente neutro, mas um espaço onde o saber formal da academia se ‘cruzam’ com o saber de múltiplos contextos culturais.

Visto que, educação não está limitada apenas ao meio escolar, mas ocorre no ambiente e nas relações sociais, em cada experiência vivenciada pelo indivíduo, ela é responsável pela formação de pessoas capazes de assimilar e de compreender a realidade, agindo de forma consciente sobre ela.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental ao reconhecer e valorizar as diferentes experiências culturais trazidas pelos estudantes, promovendo práticas educativas pautadas no respeito à diversidade e na formação integral do sujeito. Nessa perspectiva, a parceria entre família e escola torna-se essencial para enfrentar os desafios que surgem ao longo da trajetória escolar, favorecendo o desenvolvimento da criança e fortalecendo o processo educativo.

2.2 Concepção de infância

A infância é uma etapa inicial da vida humana a qual ocorre sua evolução física e mental, na qual a criança precisa de atenção e cuidados; é um período de aprendizado e descoberta para seu pleno desenvolvimento. Com isso, respeitá-la e levar em consideração seus aspectos físico, emocional e social é também considerá-la como um ser integrante dos valores sociais.

Ademais quando se fala em infância, refere-se a algo que nem sempre existiu, pois nem todos tinham esse privilégio. Nesse caso, ela foi construída ao longo do tempo através de fatores sociais, econômicos e culturais, entre outros. No período da Idade Média alta durante os séculos V e X, por exemplo, não existia um estilo ou modelo de vida que fosse pensado especialmente para as crianças.

Consequentemente, não havia uma separação entre o mundo do adulto e o da criança, pois era um universo compartilhado; tanto é que as crianças eram conhecidas como “adultos em miniatura”. Nesse sentido, a proteção da criança está relacionada diretamente ao cuidado de preservar sua integridade diante da rotina complexa do mundo adulto (Postman, 1999).

Na Idade Média, não havia distinção entre infância e maturidade, pois, na sociedade patriarcal, existia uma visão distorcida acerca dessa fase, eximindo a criança de suas particularidades (Philippe Ariès 1960). As responsabilidades surgiam muito cedo: a partir dos 7 anos, meninos e meninas já eram considerados aptos para assumir trabalhos. Enquanto os filhos de camponeses ajudavam seus pais na lavoura, as meninas assumiam a vida doméstica, como cozinhar e fiar. Quanto ao modo de vestir, este era semelhante ao dos pais.

Contudo se antes, na Idade Média, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, no início da Idade Moderna — por volta do século XVIII — essa percepção foi perdendo força com a valorização da afetividade familiar e o início da escolaridade. Todavia, isso passou a ser um privilégio somente das classes abastadas, pois nem todos tinham o direito à educação.

Nesse período, surgem as indústrias e, com elas, as primeiras creches para crianças pequenas, tornando-se um meio seguro para que as mães pudessem trabalhar. No entanto, a educação, embora marcada pela divisão de classe, torna-se mais atrativa, pedagógica e menos formal, o que levou a sociedade a ter uma percepção mais sensível para os direitos das crianças. Diante disso, consideramos relevantes as ponderações de Piaget (1971, p. 25) quando sustenta que “a criança não é um adulto em miniatura, e sua mente não é

apenas uma mente de adulto em escala reduzida. [...] A criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias”.

Ademais, no ano de 1989, foi estabelecido um marco histórico internacional em evento promovido pela ONU, no qual a criança passou a ser reconhecida mundialmente como sujeito de direitos. Em decorrência disso, ocorreram melhorias significativas na saúde e na qualidade de vida desse grupo, tais como a queda da mortalidade infantil e o aumento dos investimentos em saneamento básico. Nesse contexto, consolidou-se também a Pediatria como uma especialidade focada no corpo infantil, o qual passou a ser tratado por meio de protocolos distintos daqueles aplicados aos adultos.

Frente a isso, a educação, por sua vez, passou a ser centrada na criança, deixando de ser mecânica para priorizar a forma como a criança ela aprende (através da ludicidade e da interação). É notória a evolução de como essa validação trouxe bem-estar e dignidade, reforçando que a infância é parte essencial da dignidade humana.

Portanto, reconhecer a criança como um sujeito que possui particularidades exige compreendê-la de forma integral. Isso significa entender que suas necessidades físicas, emocionais e cognitivas estão diretamente interligadas. Dessa forma, a prática atual ressalta o papel fundamental da educação em oferecer amparo aos pequenos, considerando tanto o respeito aos mecanismos biológicos — como o sono, a alimentação e os tempos de concentração — quanto o apoio às culturas familiares, garantindo que a criança sinta continuidade entre o lar e a escola.

2.3 Concepção de Família

Sabe-se que a família é reconhecida como o primeiro espaço de socialização da criança, na qual se estabelecem os vínculos afetivos iniciais, as primeiras formas de comunicação, os valores culturais e as normas de convivência. Sendo assim vale ressaltar que historicamente a sociologia clássica focava na família nuclear constituída por pai mãe e filhos como uma unidade básica de reprodução social, econômica e política.

Nessa visão tradicional, as funções eram rigidamente por gênero, sobretudo sob o olhar de teóricos tradicionais, essa configuração funcionava como uma organização vital para a manutenção da ordem e da estabilidade macroeconômica.

Hoje nos dias atuais a sociologia contemporânea entende a família não mais como um modelo estático, mas como um espaço de socialização primária, onde o indivíduo constrói sua identidade e seus primeiros referenciais de mundo como seu

aprendizado. Sendo assim Sob essa ótica, família é quem cuida, quem acolhe e quem se responsabiliza pelo desenvolvimento pleno de seus integrantes, especialmente das crianças e adolescentes. Assim o eixo familiar devido a transformações sociais e outros fatores esse conceito foi ganhando novas configurações, surgindo os vários tipos de famílias tais como família tradicional: constituída por pai e mãe e filhos família Monoparental: Formada por apenas um dos genitores (estatisticamente, em sua maioria, mães solo). Família Reconstituída: Originada a partir da união de parceiros que trazem filhos de relacionamentos anteriores, criando novos laços de fraternidade e convivência. Família Homoafetiva: Formada por casais do mesmo sexo, com filhos, cuja união baseia-se na igualdade de direitos e no afeto mútuo entre outras aspectos familiares. Assim sendo o conceito família possui um sentido amplo, nessa perspectiva Caetano (2014) afirmação

Não se pode afirmar que as famílias monoparentais ou de pais divorciados, ou de pais homossexuais, dentre tantas outras formas de configurações familiares contemporâneas, representem famílias “desorganizadas”, “desestruturadas”, entre outros adjetivos inapropriados, pois o que se apresentam são novas estruturas familiares, coerentes com o contexto social, político e econômico dos tempos atuais (CAETANO; YAEHASHI, 2014, p. 19).

Deste modo o conceito família é algo que está em constante transformação em sociedade. A escola, por sua vez, surge como um espaço institucionalizado de educação, cuja função é ampliar, sistematizar e complementar as experiências vividas no âmbito familiar, respeitando as singularidades de cada criança.

Diante desse cenário, a afetividade surge como principal eixo de União judicial e social das diferentes configurações familiares nos dias atuais. Com isso a concepção de família desliga-se da obrigatoriedade dos laços consanguíneos passando assim a operar na base o respeito mútuo e da empatia. Nesse contexto o termo família passa a ser compreendido sobe uma perspectiva socioafetiva, em que o que é considerado é o suporte emocional, o cuidado e proteção oferecidos aos seus membros, firmando assim a função existencial de uma família vai além da antiga função exclusivamente reprodutiva dando ênfase assim aos diferentes sentidos desse conceito.

Entretanto, a mudança conceitual promovida pela sociologia ainda encontram impedimentos no tecido social, que usualmente perpetua visões idealizadas ao modelo nuclear. Com isso o grande desafio surge em meio a necessidade de superar os estigmas das novas estruturas familiares entendidas muitas vezes como disfuncionais. Portanto compreender a família em sua totalidade requer o reconhecimento desse

segmento como um direito humano indispensável para que as identidades em formação cresçam amparados pelo respeito independentemente do formato familiar que às acolhe.

Sob essa perspectiva Pesquisas apontam que a aprendizagem da criança ocorre de maneira mais consistente quando há correlação entre as práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar e aquelas vivenciadas no contexto familiar. Essa articulação favorece a segurança emocional da criança e contribui para a construção de vínculos positivos com a escola, refletindo diretamente em seu desenvolvimento e em seu processo de aprendizagem.

Ainda sobre a perspectiva teórico, é de fundamental importância as contribuições de Vygotsky (1991). Esse autor defende que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais. Para o autor, a aprendizagem é um processo mediado culturalmente, sendo o outro um elemento essencial na construção do conhecimento.

No âmbito das garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. Esse dispositivo legal evidencia que a responsabilidade pela educação não é exclusiva da escola ou do poder público, mas envolve diretamente a família como corresponsável pelo processo educativo.

À luz disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, reafirma esse princípio Constitucional ao destacar que a educação visa ao pleno desenvolvimento do educando e que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Essa definição legal explicita o caráter complementar entre essas duas instituições sociais: a escola e a família, afastando concepções que atribuem à instituição escolar a função de substituir o papel familiar.

Essa abordagem contribui para a compreensão de que práticas pedagógicas descontextualizadas podem comprometer o processo de aprendizagem das crianças, especialmente na Educação Infantil. Quando a escola ignora ou desvaloriza o contexto familiar, corre-se o risco de distorcer as finalidades do processo educativo, afetando negativamente o desenvolvimento infantil desde seu contexto sociocultural.

3.2 Da Perspectiva Teórica ao “chão” da realidade: o que dizem as pesquisas sobre a relação familiar/escola e seus impactos na aprendizagem escolar

Não é novidade para ninguém que a participação da família no processo de aprendizagem na Educação Infantil constitui um elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança. Diversos estudos recentes apontam que a aproximação entre família e escola favorece a construção de vínculos afetivos, a segurança emocional e o interesse da criança pelas experiências educativas propostas no ambiente escolar.

É importante frisar isso aqui porque, como se sabe, na primeira infância, o aprendizado ocorre de maneira integrada às vivências familiares, o que torna indispensável a corresponsabilidade entre essas duas instâncias educativas.

Pesquisas brasileiras destacam que crianças cujas famílias acompanham de forma mais próxima sua trajetória escolar tendem a apresentar maior adaptação à rotina da instituição, melhor interação com colegas e professores e maior envolvimento nas atividades pedagógicas.

Feitosa (2022), ao realizar estudo sobre o contexto educacional chegou à conclusão de que as relações quando família deve ser ancorada na corresponsabilidade mútua, estabelecendo desse modo a confiança e motivação da criança para com os estudos. Segundo a autora:

A aproximação entre a família e a escola contribui significativamente para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, uma vez que ela se sente mais segura e confiante ao perceber que os adultos responsáveis por sua formação mantêm uma relação de diálogo e parceria. (FEITOSA, 2022, p. 11).

Esses resultados reforçam que o apoio da família facilita o processo educativo, favorecendo um ambiente mais acolhedor e propício à aprendizagem.

No entanto, a autora também destaca que essa relação enfrenta muitos desafios, fazendo com que nem todas as famílias consigam participar, seja por aspectos relacionados as condições sociais, econômicas, culturais, longa jornada de trabalho, ou baixa escolaridade das famílias. Essas limitações devem ser levadas em conta pela escola, que precisa adotar um olhar sensível, com práticas flexíveis e inclusivas, tendo em vista que o contexto das famílias não padronizados.

Em contraposição a isso, Paro (2016) analisa que, historicamente, a escola pública brasileira construiu uma relação hierarquizada com as famílias, na qual o diálogo é limitado e a participação ocorre de forma restrita. Para o autor, esse modelo dificulta a construção de uma gestão democrática e afasta as famílias do cotidiano escolar, comprometendo o acompanhamento da aprendizagem das crianças. Segundo o autor:

A escola tem tratado a participação dos pais mais como um recurso para resolver problemas pontuais do que como um princípio educativo. Quando a participação ocorre apenas para atender a demandas disciplinares ou administrativas, ela perde seu sentido formativo e democrático, tornando-se um mecanismo de controle e não de construção coletiva. (PARO, 2016, p. 67).

Essa reflexão evidencia que um dos principais desafios da parceria família e escola está na forma como a instituição compreende e organiza a participação familiar. Quando a família é convocada apenas em situações de conflito ou dificuldade, tende a associar sua presença à punição ou à cobrança, o que enfraquece o vínculo com a escola.

Outro desafio recorrente refere-se à falta de preparo institucional para acolher as famílias. Luck (2017) destaca que muitas escolas públicas não possuem uma cultura organizacional voltada à participação, o que dificulta a aproximação das famílias e limita o diálogo. Para a autora, a gestão escolar exerce papel central na superação desse desafio, pois cabe à escola criar condições reais de envolvimento da comunidade. Conforme afirma:

A participação da família na escola não acontece espontaneamente. Ela precisa ser construída a partir de práticas intencionais de acolhimento, diálogo e valorização dos sujeitos. Quando a escola não se organiza para receber a família como parceira, acaba reforçando o distanciamento e a ideia de que a educação é responsabilidade exclusiva da instituição. (LUCK, 2017, p. 112).

Apesar desses desafios, pesquisas e experiências educacionais apontam diversas possibilidades para o fortalecimento da parceria família e escola na escola pública. Estudos indicam que escolas que investem em comunicação clara, escuta ativa e ações formativas com as famílias conseguem ampliar a participação e melhorar o acompanhamento do desenvolvimento infantil. Essas práticas contribuem para a construção de relações de confiança e corresponsabilidade.

Experiências divulgadas pela Revista Nova Escola reforçam que estratégias simples e contínuas podem gerar impactos positivos na aproximação entre família e escola. Entre essas estratégias estão a flexibilização dos horários de reuniões, a realização de encontros temáticos, o uso de registros pedagógicos acessíveis às famílias e a criação de canais de comunicação permanentes. De acordo com a publicação, quando a escola

adota uma postura acolhedora e respeita as diferentes realidades familiares, a participação tende a aumentar de forma significativa (NOVA ESCOLA, 2021).

No contexto específico da Educação Infantil, Kramer (2011) destaca que a parceria com a família é fundamental para garantir a continuidade das experiências educativas vividas pela criança. A autora enfatiza que a criança pequena precisa perceber coerência entre o que vivencia em casa e o que experimenta na escola, o que só é possível quando existe diálogo entre essas duas instâncias. Segundo Kramer:

A instituição de Educação Infantil precisa reconhecer a família como parte constitutiva do processo educativo. A criança pequena não se divide entre casa e escola, ela vive experiências integradas. Quando a escola ignora o contexto familiar, rompe-se a continuidade necessária para o desenvolvimento infantil e para a construção das aprendizagens. (KRAMER, 2011, p. 43).

Além disso, a participação da família pode ser fortalecida por meio da gestão democrática e da valorização das instâncias participativas, como conselhos escolares e reuniões pedagógicas com caráter formativo. Paro (2016) ressalta que a inclusão das famílias nos processos de decisão contribui para a construção de uma escola mais democrática e comprometida com a realidade social de seus alunos.

Dessa forma, embora a parceria entre família e escola na escola pública enfrente desafios estruturais e culturais, as pesquisas e reflexões teóricas demonstram que existem possibilidades concretas de superação. A adoção de práticas baseadas no diálogo, na escuta e no reconhecimento da família como parceira do processo educativo contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e favorável à aprendizagem. Esses elementos são fundamentais para a análise do estudo de caso desenvolvido neste trabalho, considerando a realidade da Educação Infantil em uma escola pública do município de Santa Inês, no Maranhão.

Outro estudo relevante que queremos trazer aqui para esse debate é o que foi desenvolvido por Silva e Andrade (2021). Eles investigaram a relação família e escola na Educação Infantil em instituições públicas brasileiras, e os dados revelaram A que a participação familiar está diretamente relacionada à melhoria do desenvolvimento socioemocional das crianças, especialmente quando a escola estabelece canais de comunicação claros e acessíveis. Os autores afirmam que: “A participação da família no cotidiano escolar contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos da criança com a escola, refletindo positivamente em seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. (SILVA; ANDRADE; 2021, p. 58).

Do outro lado disso, ou no seu extremo, os autores apontam que a ausência de diálogo entre família e escola pode gerar dificuldades no acompanhamento do desenvolvimento infantil, reforçando a necessidade de estratégias que promovam a aproximação e o envolvimento dos responsáveis no processo educativo.

Outra questão inerente ao objeto em discussão e a ser considerado nesse debate diz respeito às políticas públicas e à gestão de programas e projetos voltados/pensados para as finalidades aqui em relevo. A participação da família na escola não acontece do acaso, ela precisa ser pensada/organizada e, ainda, devem ser criadas as condições para que isso ocorra, do contrário, é discurso vazio. Respostas para perguntas do tipo “por que as famílias não participam da escola?” podem guardar relação com a falta de planejamento da escola para receber as famílias, na sua diversidade.

A esse respeito, pesquisas apontam que escolas que desenvolvem ações sistemáticas de aproximação com as famílias apresentam melhores resultados no acompanhamento do desenvolvimento infantil. Segundo estudo realizado por Carvalho (2020), em escolas públicas de Educação Infantil, a participação familiar contribui para a construção de uma relação de confiança entre escola e comunidade, refletindo positivamente na aprendizagem das crianças. A autora destaca que: “quando a escola reconhece a família como parceira no processo educativo, cria-se um ambiente favorável à aprendizagem, no qual a criança percebe a continuidade entre os valores vivenciados em casa e aqueles promovidos pela instituição.” (CARVALHO, 2020, p. 59)

Esses dados reforçam que a participação da família não deve ser compreendida como uma exigência isolada, mas como parte de uma política educacional que valorize o diálogo, o acolhimento e o respeito às diferentes realidades familiares. Na Educação Infantil, essa parceria torna-se ainda mais significativa, pois a criança depende intensamente da mediação adulta para acessar e ressignificar as experiências educativas.

3. DO PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Pesquisa e Abordagem Metodológica

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, utilizando-se o estudo de caso como procedimento técnico. Esse tipo de investigação científica busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos sobre os objetos/fenômenos estudados/pesquisados. Logo, a abordagem qualitativa mostra-se adequada quando o pesquisador (a) pretende analisar percepções, experiências e práticas

sociais a partir do ponto de vista dos participantes, considerando o contexto em que estão inseridos.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa ocupa-se de aspectos que não podem ser reduzidos a números, pois envolve valores, crenças, atitudes e relações sociais. A autora destaca que esse tipo de pesquisa permite uma aproximação mais profunda com a realidade investigada, favorecendo a compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade. Conforme a autora afirma:

“A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2014, p. 21).

Essa concepção dialoga diretamente com os objetivos deste estudo, que não se propõe a medir a participação da família na escola, mas a compreender como essa participação é vivenciada e percebida pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. A relação entre família e escola, especialmente na Educação Infantil, envolve dimensões subjetivas e sociais que exigem uma abordagem interpretativa e contextualizada.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que busca descrever e analisar as características de um fenômeno educacional específico. Gil (2019) destaca que a pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis quando necessário. De acordo com o autor:

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São incluídas nesse grupo as pesquisas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, como sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, entre outros.” (GIL, 2019, p. 28).

No que se refere aos procedimentos técnicos, adotou-se o estudo de caso, por permitir uma análise aprofundada de uma realidade específica. O estudo de caso é indicado quando se pretende investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Essa estratégia metodológica mostra-se pertinente para analisar a relação entre família e escola em uma instituição pública de Educação Infantil, considerando suas particularidades e especificidades.

A análise dos dados coletados fundamenta-se na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que se apresenta como um método adequado para a

interpretação de discursos e registros qualitativos. Para a autora, a análise de conteúdo permite compreender as mensagens presentes nos discursos, indo além da simples descrição. Segundo Bardin:

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.” (BARDIN, 2016, p. 44).

O diálogo entre Minayo (2014), Gil (2019) e Bardin (2016) sustenta a escolha metodológica desta pesquisa, uma vez que a abordagem qualitativa proposta por Minayo (2014) oferece o suporte teórico para a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos, a pesquisa descritiva apresentada por Gil (2019) orienta a organização dos objetivos do estudo, e a análise de conteúdo de Bardin fornece os procedimentos necessários para a interpretação sistemática dos dados coletados.

Assim, a combinação desses referenciais metodológicos possibilita uma análise consistente da interdependência entre família e escola na Educação Infantil, respeitando a complexidade do fenômeno investigado e garantindo rigor científico ao estudo desenvolvido.

Em nossa compreensão a referida abordagem guarda relação de coerência com o objeto em estudo na medida em que se pretende compreender a percepção das duas instituições (escola/família) no que se refere as responsabilidades inerentes a si.

Desde esse posicionamento metodológico, a coleta dos dados foi feita por meio de questionários com perguntas abertas para o gestor e professores além de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas direcionadas aos pais/responsáveis. Tais entrevistas serão realizadas junto a gestão administrativa e pedagógica da escola, bem como com quatro professores (a) da respectiva etapa de ensino, e, ainda, com quatro pais/mães.

3.2 Universo da Pesquisa

A pesquisa será realizada na Creche Municipal Castelo Mágico, unidade de Educação Infantil da rede pública do município de Santa Inês, no estado do Maranhão. A seleção desta instituição como campo do estudo justifica-se por sua condição de espaço representativo das práticas de cuidado e educação na primeira infância no contexto municipal, pela presença de interlocuções com as famílias e pela possibilidade de observar, no cotidiano, a interdependência entre as ações familiares e escolares que

orientam o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças. Informações institucionais públicas situam a creche na Rua Fernando Sarney, nº 204, Vila Marcony, possui de identificação junto ao código Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Texeira (INEP) nº 21276277 e dependência administrativa municipal, dados que permitem localizá-la formalmente e compreender sua inserção na rede local de atendimento.

A fundamentação normativa é reforçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (2010), que orientam a organização das propostas pedagógicas das creches e valorizam a participação das famílias como componente do Projeto Político Pedagógico. As Diretrizes explicitam que a proposta pedagógica deve ser construída coletivamente e reconhecer a família como parte integrante do processo educativo. Um trecho das Diretrizes deixa clara essa orientação institucional:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, o que requer a construção de formas de participação das famílias nas instituições educativas. (BRASIL (2010), p. 12).

Ao situar a Creche Municipal Castelo Mágico nesse quadro normativo, a pesquisa adota como pressuposto que a qualidade das interações família-escola e a institucionalização de canais de participação são determinantes para que a ação educativa seja contínua entre casa e creche.

3.3 Resultados e Discussão

Este capítulo apresenta e discute os principais resultados obtidos a partir da análise das entrevistas semiestruturadas com os pais/ responsáveis, e dos questionários digitais feitos com as professoras do Infantil I e II. Trata-se do momento em que os dados empíricos dialogam diretamente com o referencial teórico e com os dispositivos legais que fundamentam a pesquisa, permitindo compreender, de forma aprofundada, como se estabelece a relação família e escola, e os impactos que essa produz no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Para que haja sigilo e privacidade quanto à identidade dos participantes da pesquisa, seus nomes verdadeiros não serão divulgados, os mesmos serão identificados através de codinomes ao longo da apresentação e análise dos dados. Essa medida leva em conta os princípios éticos da pesquisa, preservando a identidade dos participantes e assegurando a confidencialidade das informações fornecidas.

A análise dos dados evidenciou que a relação entre família e escola na instituição investigada é marcada por avanços, mas também por desafios estruturais e culturais, comuns à realidade da escola pública. Nisso se evidencia o princípio da dialética, uma vez que concebe a realidade vivida de contradições, por essa ser constituída e constituinte das relações sociais. Sendo a realidade um vir a ser, sua explicação – no campo da dialética – não ser possível desde e a partir do mundo das ideias, mas a partir das expressões da questão social, ou seja, da realidade material, concreta e em constante movimento.

Assim, as nuances/elementos foram organizados em categorias de discussão que emergiram do material empírico e se relacionam diretamente com os objetivos do estudo. Assim, as categorias de análises para se compreender as nuances inerentes ao objeto de estudo da presente pesquisa, são: 1) concepção de participação; 2) aspectos socio econômicas e 3) diálogo/comunicação.

A primeira categoria refere-se à compreensão da participação familiar como corresponsabilidade educativa e seus impactos no desenvolvimento infantil. Nas falas do gestor, observa-se o reconhecimento de que a educação das crianças não pode ser responsabilidade exclusiva da escola, sendo necessária a participação ativa das famílias. Em um dos trechos da entrevista, o gestor destaca que a escola tem buscado aproximar as famílias, mas reconhece os limites impostos pela realidade social.

Neste sentido, foi sustentado que “existe o esforço da escola em chamar a família, em mostrar que ela é parte do processo, mas muitas vezes essa participação não acontece como a gente espera, não por falta de interesse, mas por questões sociais de trabalho.” (fala do gestor A). Essa fala dialoga diretamente com o que estabelece a Constituição Federal (1988) e a LDB (1996), ao definirem a educação como dever compartilhado entre Estado e família.

Na direção disso, Paro (2016) reforça que a corresponsabilidade educativa precisa ser compreendida para além do discurso legal, exigindo ações institucionais concretas que reconheçam as condições reais de vida das famílias. Diante disso, a gestão também se expressa acerca de como essa relação faz diferença na vida escolar da criança e em seu

desenvolvimento pleno. Assim, a escola, uma vez que compreende o universo social e cultural em que está assente, bem como o perfil socioeconômico dos alunos e das famílias, deve repensar as formas para que haja a participação das famílias, pois não basta compreender a importância da participação, é preciso criar as condições para tal finalidade.

As professoras também demonstraram compreender a importância da participação familiar para o desenvolvimento das crianças, especialmente na Educação Infantil. Uma das docentes relatou que “quando a família acompanha, a criança chega mais segura, mais confiante, participa mais das atividades. A gente percebe diferença no comportamento e na aprendizagem.” (fala da professora A). No entanto, não basta somente o reconhecimento se não esse não vier acompanhado das condições para tanto.

Ainda assim, percebe-se que esse relato confirma estudos de Kramer (2011), que destacam que a criança pequena necessita perceber continuidade entre os valores e práticas vivenciadas em casa e na escola para construir aprendizagens significativas. A BNCC (2017) reforça essa ideia ao afirmar que as experiências da criança são influenciadas por seus contextos de vida, o que inclui, de forma central, a família.

Sob essa perspectiva, destacam-se falas como a da Mãe A, ao se referir sobre a relação escola e família, que assim se expressa “é fundamental, é a base, por que a primeira educação vem de casa.” Destacam-se também expressões como a da Mãe B, apontando que “todos os pais têm que participar, mesmo trabalhando [...] tem que estar engajados no ensino deles.” Dessa maneira, compreende-se que falas como essas evidenciam a percepção que os mesmos tem acerca do peso da presença ativa do núcleo familiar no meio escolar. Percepção essa destacadas pelas mães como de fundamental valor para o ensino-aprendizado no ambiente escolar.

Acerca dos impactos da participação, o gestor A destaca: “O impacto da participação da família é notável e direto; crianças cujas famílias participam da vida escolar tendem a apresentar um desenvolvimento em todos os sentidos de maior qualidade em relação às crianças cujas famílias se eximem dessa responsabilidade”. A partir desta fala é possível perceber que a família exerce uma influência significativa no processo de ensino e aprendizagem da criança, de forma que a ausência dessa participação interfira diretamente no modo que o aluno se comporta, aprende e se desenvolve.

Nesse sentido, os resultados corroboram aos estudos de Paro (2016), ao destacar que a parceria entre família e escola potencializa o processo educativo, favorecendo o desenvolvimento e a formação dos estudantes. Assim, quanto mais efetiva for a

participação familiar na vida escolar, maiores tendem a ser os benefícios para a aprendizagem e para o desenvolvimento da criança.

Além disso, a pesquisa de campo demonstrou que as mães se sentem acolhidas e confiantes para dialogar, como relata a mãe D a cerca dessa relação: “Muito tranquila” e pela mãe C ao emociona-se ao descrever que "os professores...., o diretor é uma pessoa muito acolhedora", colocando em evidência a postura humanizadora da gestão da creche. Essa postura humanizadora da coordenação é o que viabiliza na prática, a articulação entre a instituição e o ambiente familiar.

Segundo Kramer (2009), para que a educação infantil promova aprendizagens significativas, é necessária que a criança perceba os valores e as práticas vivenciadas na escola. Segundo a Base Comum Curricular (BNCC, 2017) as experiências das crianças na instituição devem ser integradas e influenciadas por seus contextos de vida, elegendo a família como eixo central desse processo.

Diante desta categoria, os dados coletados anulam diretamente a primeira hipótese delineada neste estudo, pois traz como premissa que a “participação da família na Educação Infantil é neutralizada quando a instituição escolar adota uma postura rígida e burocrática, onde as ações de acolhimento e diálogo são meramente formais” mas diferente disso, ficou evidente nos relatos dos sujeitos que a gestão desenvolve práticas acolhedoras, escuta ativa e diálogo afim de romper o distanciamento das famílias ao cotidiano educacional, no qual a instituição busca ativamente centralizar a construção de vínculos com a comunidade.

Outra categoria central neste estudo refere-se às questões socioeconômicas como fator limitante da participação familiar. As falas das mães evidenciaram que longas jornadas de trabalho, dificuldades financeiras e ausência de transporte dificultam a presença na escola. Um dos relatos representativos expressa essa realidade: “Eu queria participar mais, vir mais vezes na escola, mas trabalho o dia todo e nem sempre dá para sair.” (relato extraído das falas das mães).

Esse dado reforça a análise de Paro (2016), ao afirmar que a baixa participação das famílias na escola pública está profundamente relacionada às condições materiais de vida e não pode ser interpretada como desinteresse. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2010) determinam complementaridade, diálogo e Corresponsabilidade nessa parceria de forma que a escola busque compreender o contexto o qual as famílias estão inseridas. Já A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) o artigo 3º enfatiza a igualdade

de condições para o acesso e permanência na escola, fortalecendo assim a ideia e de que a escola deve criar as condições necessárias para o acolhimento das famílias no ambiente educacional.

Logo fica entendido na análise dos dados que apesar das famílias valorizarem a escola e reconhecem sua importância, encontram dificuldades práticas para participar de reuniões, encontros pedagógicos e atividades presenciais. Aqui cabe uma pergunta: como a escola deve ser pensada e organizada para fazer caber as famílias, em seu tempo, ou o tempo da escola é mais importante que o das famílias? Nesse sentido, a interpretação dos resultados considerou a necessidade de relativizar discursos que culpabilizam as famílias pela ausência, reconhecendo as desigualdades sociais como fatores estruturantes da relação família e escola.

A análise dos dados invalida a segunda hipótese, que “presume que a escassa participação dos pais ou responsáveis na educação ocorre primordialmente da falta de interesse, apatia e negligência familiar em relação ao desenvolvimento escolar. E motivada também pelo fato de que os pais priorizarem outras atividades e os ganhos econômicos.” pois diferente do que se postula, o distanciamento ou a baixa frequência de envolvimento familiar no cotidiano escolar não decorre do desinteresse ou apatia parental, mas está estritamente condicionada a determinantes socioeconômicos, culturais materiais, como extensas jornadas de trabalho e limitações de trabalho.

Como observado nos relatos dos sujeitos da pesquisa, às dificuldades enfrentadas pelas famílias em sua rotina diária, o trabalho, configuram-se como um dos principais obstáculos para uma presença física mais constante no chão da escola. Essa contradição entre o tempo exigido pela sociedade e o tempo de dedicação à vida escolar é analisada por Saviani ao sustentar que:

À medida que se desenvolve a divisão do trabalho [...] o processo de trabalho se fragmenta. O trabalhador perde o domínio do processo de conjunto [...] e o saber correspondente passa a se concentrar no polo do capital. O trabalhador é esvaziado de saber, o trabalho se desintelectualiza [...]. (SAVIANI, 2007, p. 160).

Assim, compreende-se que as longas jornadas de trabalho mencionadas pelas mães não refletem um desinteresse voluntário, mas sim a privação do tempo livre gerada pela estrutura do mercado de trabalho.

Outro ponto importante discutido nos resultados refere-se ao desenvolvimento de estratégias diversificadas de aproximação. Logo foi observado na pesquisa que a instituição adota múltiplos meios como; reuniões de escuta ativa, oficinas pedagógicas;

projetos que trazem a família para perto, como o projeto família na escola, que trata-se de várias atividades pensadas para o fortalecimento desse importante vínculo.

O gestor destacou que uma das estratégias utilizadas as redes sociais tem sido utilizadas como forma de dar visibilidade às ações pedagógicas e aproximar as famílias do cotidiano escolar: “O Instagram ajuda muito, porque os pais veem o que a criança está fazendo, os projetos, as atividades. É uma forma de mostrar o trabalho da escola.” (fala do gestor A).

Os dados coletados revelaram que os canais de interlocução são avaliados de forma altamente positiva pelas famílias como adjetivos como uma “muito boa”, “ótima” e “tranquilo”. Essa percepção favorável da comunidade converge com a perspectiva da liderança da escola. O gestor ressalta que a instituição busca conscientemente estabelecer uma “comunicação positiva e aberta das famílias, baseada sobretudo em uma escuta ativa e acolhedora”. Essa sintonia indica a construção de um terreno fértil para a consolidação da parceria pedagógica.

Como citado acima, essa estratégia tem potencial positivo, especialmente para famílias que não conseguem estar presentes fisicamente na escola. Na direção disso, Kenski (2012) e Moran (2015) afirmam que as tecnologias digitais podem ampliar a comunicação e fortalecer vínculos quando utilizadas de forma ética e pedagógica. No entanto, os resultados também mostram que a comunicação digital não substitui completamente o diálogo presencial, sendo necessária a articulação entre diferentes formas de comunicação, dado que nem todo mundo tem acesso/alcance a essa forma de comunicação e interação.

Por fim, a discussão dos resultados evidencia que a cooperação entre família e escola produz impactos diretos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, sobretudo, quando a escola organiza tratativas a esse respeito e para essa finalidade. Quando a parceria é fortalecida, observa-se maior segurança emocional, melhor adaptação à rotina escolar e maior envolvimento nas atividades pedagógicas. Quando essa parceria é fragilizada, surgem dificuldades que afetam não apenas o desempenho escolar, mas também o desenvolvimento socioemocional.

Esses achados dialogam diretamente com os pressupostos teóricos e legais que orientam a Educação Infantil no Brasil. Desde a CF (1988), a LDB (1996), as DCNEI (2010) à BNCC (2017) são asseguradas as condições que a escola deve fazer frente a ações que convergem à parceria entre escola e família. Esses dispositivos sustentam que a educação da criança pequena é um processo compartilhado, que exige a atuação

conjunta da escola e da família. Diante disso, pode-se sustentar que os resultados desta pesquisa confirmam essa perspectiva e evidenciam que a efetivação dessa interdependência depende de práticas intencionais, sensíveis à realidade social e comprometidas com o diálogo e a inclusão, devendo a escola tomar para si o dever de pensar, organizar e gerir formas para que as famílias possam participar das suas tratativas.

Contrapondo-se a terceira hipótese, “que a própria gestão escolar adota uma postura de omissão, deixando de criar estratégias de comunicação e acolhimento acreditando no desinteresse da comunidade” a instituição propõe várias estratégias de comunicação, como o uso de ferramentas digitais institucionais, como por exemplo o Instagram/whatsapp, que servem como ferramentas para a gestão escolar, de modo que esses mecanismo atuem como facilitadores de transparência e aproximação com a família através dos comunicados. Além disso, a instituição adota outros métodos como reuniões, projetos, manutenção de uma escuta ativa e o atendimento acolhedor.

Por fim, o resultado, em que pese as contradições inerente a uma realidade em movimento, da pesquisa realizada em campo foi satisfatório e relevante, demonstrando que o impacto direto dessa união se reflete no cotidiano do acompanhamento das atividades e no desempenho pedagógico da criança. Desse modo, vale ressaltar que apesar de barreiras identificadas, os dados evidenciaram que a Creche Municipal Castelo Mágico e as famílias participantes da pesquisa colocam em pauta que suas ações educativas atuam em conjunto, em prol do desenvolvimento integral das crianças bem pequenas. Assim, reafirma-se que a união entre escola e família é um dos pilares indispensáveis para garantir o pleno desenvolvimento da criança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a relação família e escola, se e como tem ocorrido sua prática e quais impactos que essa produz no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças em uma escola pública do município de Santa Inês, Maranhão.

Diante do objetivo que motivou a presente pesquisa e em conformidade com as orientações sugeridas pela banca de qualificação, tínhamos a intenção de desenvolver/aplicar uma ação de intervenção pedagógica, contribuindo, assim, diretamente, com a escola no que tange ao fortalecimento de práticas que aproximem ou consolidem a relação família e escola.

No entanto, dada a conjuntura política que a escola campo atravessa e as limitações de tempo e espaço, uma vez que a mesma já se encontra nas tratativas de encerramento do período letivo, não foi possível sua realização. Ainda assim, segue nos apêndices, uma sistemática que servirá de subsídio para a escola – se julgar necessário – fazer frente para fortalecer tratativas de gestão da participação, imprimindo, por assim dizer, a relação família e escola em prol do desenvolvimento escolar das crianças.

Ante ao exposto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso realizado na Creche Municipal Castelo Mágico, envolvendo entrevistas semiestruturadas e questionários com o gestor, professoras do Infantil I e II e pais/ responsáveis de crianças matriculadas na instituição.

O percurso da pesquisa evidenciou que a relação entre família e escola na Educação Infantil é complexa, dinâmica e marcada por múltiplos fatores sociais, culturais e institucionais. Desde o início do processo investigativo, ficou evidente que a parceria entre essas duas instâncias educativas é reconhecida pelos sujeitos como essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

No entanto, essa compreensão nem sempre se traduz em práticas efetivas de participação, o que revela a existência de desafios estruturais e simbólicos que precisam ser considerados. Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a compreensão, por parte do gestor e das professoras, de que a educação das crianças pequenas não pode ser responsabilidade exclusiva da escola. Ainda assim, é dessa instituição a responsabilidade ou tarefa de organizar, gerir e promover a participação com qualidade social, a partir da pergunta: o que é participar? Comunicação é a mesma coisa que fazer comunicado?

As falas dos participantes evidenciaram o reconhecimento da família como parceira indispensável no processo educativo, especialmente no que se refere ao acompanhamento da aprendizagem, ao desenvolvimento socioemocional e à adaptação das crianças à rotina escolar. Esse entendimento dialoga diretamente com os dispositivos legais que orientam a Educação Infantil no Brasil e reforça a importância da corresponsabilidade educativa, mas sobretudo das condições que devem ser mobilizadas para essa finalidade seja materializada.

Outro achado refere-se as questões socioeconômicas que também e, sobretudo, se configuraram como um dos principais desafios identificados ao longo do percurso investigativo. Longas jornadas de trabalho, dificuldades financeiras e limitações de acesso à escola foram apontadas pelas mães como fatores que dificultam a participação mais ativa no cotidiano escolar. Esses achados reforçam a necessidade de evitar discursos

que culpabilizam as famílias pela ausência, reconhecendo que a baixa participação, muitas vezes, é resultado de condições estruturais que extrapolam o âmbito escolar.

Entre os pontos fortes identificados na instituição pesquisada, destaca-se o comprometimento da gestão escolar com práticas de aproximação entre família e escola, bem como a utilização das redes sociais, especialmente o Instagram institucional, como estratégia de comunicação e visibilidade das ações pedagógicas.

Essa iniciativa mostrou-se uma oportunidade relevante para aproximar as famílias do cotidiano escolar, permitindo maior transparência e acompanhamento das atividades desenvolvidas com as crianças. No entanto, a pesquisa também evidenciou que o uso das redes sociais, embora positivo, não substitui o diálogo presencial e individualizado, nem são o suficientes para tal finalidades.

Assim, uma das oportunidades apontadas refere-se à articulação entre comunicação digital e encontros presenciais, de modo a ampliar os canais de participação e tornar a relação mais inclusiva e democrática. De modo geral, os resultados indicam que a interdependência entre família e escola exerce impactos significativos na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. Quando a parceria é fortalecida, observa-se maior segurança emocional, melhor adaptação à rotina escolar e maior envolvimento nas atividades pedagógicas. Quando essa parceria é fragilizada, surgem dificuldades que afetam o processo educativo de forma mais ampla.

Cumprir destacar que, no que tange às limitações encontradas no encerramento deste estudo, a proposta de intervenção pedagógica e de gestão originalmente idealizada não pôde ser implementada na prática devido ao início imprevisto das obras de reforma na estrutura física Creche Municipal Castelo Magico.

Este fator circunstancial, embora tenha impossibilitado a execução imediata das ações planejadas junto à comunidade escolar em tempo para a conclusão deste relatório, não anula o valor analítico e propositivo do projeto construído, o qual se encontra completamente estruturado e viável para ser desenvolvido futuramente.

À luz dos resultados obtidos, considera-se que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, uma vez que foi possível refletir sobre a relação entre família e escola, bem como compreender como essa relação tem ocorrido na prática e analisar os impactos que ela produz no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Da mesma forma, os objetivos específicos foram contemplados ao longo da investigação.

Também foi possível compreender as percepções da gestão, das professoras e das famílias acerca da relação família e escola; identificar como a instituição organiza e

promove a participação familiar no cotidiano pedagógico; e apontar os principais desafios que dificultam essa participação. Percebeu-se ainda que os impactos positivos que uma participação familiar qualificada pode gerar nos processos de escolarização e aprendizagem.

Assim, os resultados evidenciaram que, quando família e escola atuam de forma colaborativa e comprometida, as crianças tendem a apresentar melhores condições para seu desenvolvimento integral, reforçando a importância do fortalecimento dessa parceria no contexto da Educação Infantil.

Ante ao exposto, este estudo contribui para os estudos do campo da Educação Infantil ao evidenciar que a construção de uma parceria efetiva entre família e escola exige ações intencionais, sensíveis à realidade social e cultural das famílias e comprometidas com o diálogo, o acolhimento e a corresponsabilidade educativa, fortalecendo o direito das crianças a uma educação de qualidade social referenciada desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/diretrizes-curriculares-nacionais-educacao-basica>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/bncc>. Acesso em: 25 out. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto de. Relações entre família e escola e suas implicações no processo educativo. São Paulo: Cortez, 2020.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FEITOSA, Aline de Oliveira. Participação dos familiares na educação escolar: contribuições para a aprendizagem e desenvolvimento da criança. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NOVA ESCOLA. Estratégias para aproximar a família da escola. São Paulo: Associação Nova Escola, 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

QEDU. Creche Municipal Castelo Mágico. QEdU.org.br, 2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/21276277-creche-mun-castelo-magico>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, Maria Aparecida; ANDRADE, Juliana Santos. Relação família e escola na Educação Infantil. Revista Brasileira de Educação Infantil, v. 3, n. 1, p. 45–62, 2021.

CONFÚCIO. Os Analectos. Tradução de Anne Cheng. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. P. 15-33. (Coleção Mídias Contemporâneas, v. 2).

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Grafia, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007.

CAETANO, Luciana Maria; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo (org.). Relação escola e família: diálogos interdisciplinares para a formação da criança. São Paulo: Paulinas, 2014

APÊNDICES:

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA**”: um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA, desenvolvida por Almerinda Daniely Melonio da Cruz, Maria Eduarda Silva da Conceição e Rayane Melonio da Cruz, discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, junto a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Santa Inês, sob a orientação do Prof. Dr. Flávio Pereira de Oliveira.

A presente pesquisa tem como objetivo central refletir sobre a relação família e escola, se e como tem ocorrido sua prática e quais impactos que essa produz no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Questiona-se, a partir das concepções dos sujeitos/parceiros se e em que medida tem ocorrido a participação da família na escola e quais impactos no processo de aprendizagem das crianças?

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelas pesquisadora.

As pesquisadoras iram tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelas pesquisadoras junto a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

Campus Santa Inês, e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, as pesquisadoras assumirão a responsabilidade pelos mesmos.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “**A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA:** um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA.”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Santa Inês-MA, _____ de _____ de 20__.

Assinatura participante

Assinatura pesquisadora

APÊNDICE B - Questionário Semiestruturado (online) aplicado ao Gestor Escolar

Título do TCC: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA.

Instituição:

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Sujeito da Pesquisa:

Gestor Escolar da Creche Municipal Castelo Mágico

Perguntas

1. Como o senhor compreende o papel da família no processo de aprendizagem das crianças na Educação Infantil?
2. De que forma a Creche Municipal Castelo Mágico busca promover a participação das famílias no cotidiano escolar?
3. Quais são, na sua percepção, os principais desafios enfrentados pela escola para garantir a participação efetiva das famílias?
4. Como a gestão escolar atua para fortalecer a comunicação entre família e escola?
5. Na sua avaliação, de que maneira a participação familiar influencia o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças atendidas pela creche?
6. Quais estratégias a escola utiliza para acolher as famílias e fazê-las sentir parte do processo educativo?
7. Como o uso das redes sociais, especialmente o Instagram institucional, contribui para a aproximação entre escola e família?
8. Quais avanços o senhor percebe na relação família e escola nos últimos anos?
9. Que aspectos ainda precisam ser aprimorados para fortalecer essa parceria na Educação Infantil?

10. Na sua opinião, quais ações futuras poderiam contribuir para ampliar o envolvimento das famílias na vida escolar?

APÊNDICE C - Questionário Semiestruturado (online) aplicados aos Docentes da Educação Infantil

Título do TCC: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA

Instituição:

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Sujeito da Pesquisa:

Professoras do Infantil I e Infantil II da Creche Municipal Castelo Mágico

Perguntas

1. Como você avalia a importância da participação da família no processo de aprendizagem das crianças da Educação Infantil?
2. De que forma as famílias costumam acompanhar o desenvolvimento e as atividades escolares das crianças?
3. Quais dificuldades você identifica na relação entre família e escola no cotidiano da creche? 4. Como ocorre a comunicação entre você e as famílias dos alunos? Essa comunicação é suficiente?
5. Na sua experiência, como a participação ou a ausência da família reflete no comportamento e na aprendizagem das crianças?
6. Quais estratégias você utiliza para aproximar as famílias do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula?
7. Você percebe insegurança ou receio por parte das famílias em participar da vida escolar? Como isso se manifesta?
8. De que forma o uso das redes sociais da escola contribui para a comunicação com as famílias?
9. Quais pontos considera positivos na relação família e escola na instituição?

10. Que sugestões você daria para fortalecer a parceria entre família e escola na Educação Infantil?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com as Mães das Crianças

Título do TCC: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: um estudo de caso em uma escola pública do município de Santa Inês – MA.

Instituição:

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Sujeito da Pesquisa:

Mães das crianças matriculadas na Creche Municipal Castelo Mágico

Perguntas

1. Como você avalia a importância da família na educação e na aprendizagem do seu filho na creche?
2. De que forma você acompanha as atividades e o desenvolvimento do seu filho na escola?
3. Você se sente acolhida pela escola para participar das atividades e reuniões? Por quê?
4. Quais dificuldades você encontra para participar mais ativamente da vida escolar do seu filho?
5. Como é a comunicação entre você e a escola? As informações são claras e acessíveis?
6. Você se sente segura para conversar com professores e gestores sobre seu filho?
7. Na sua opinião, a participação da família contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança? De que forma?
8. O uso das redes sociais da escola ajuda você a acompanhar o que acontece na creche?
9. O que poderia ser feito pela escola para melhorar a relação com as famílias?
10. Você gostaria de participar mais das atividades escolares? O que facilitaria essa participação?

APÊNDICE E - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: ESCOLA ITINERANTE – APROXIMANDO FAMÍLIA E ESCOLA

Objetivo Geral

Fortalecer a parceria entre escola e família por meio de visitas domiciliares realizadas pela equipe escolar, com a finalidade da promoção de maior participação dos responsáveis no processo educativo e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Objetivos Específicos

- Promover ações de diálogo e acompanhamento.
- Incentivar a participação dos responsáveis na vida escolar das crianças.
- Desenvolver estratégias conjuntas entre escola e família para melhorar o rendimento escolar dos estudantes.
- Conhecer a realidade social e familiar dos alunos, favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas.

Metodologia

A intervenção será desenvolvida pela equipe gestora, professores e coordenação pedagógica da escola. Inicialmente, será elaborado um cronograma de visitas domiciliares, priorizando famílias que apresentam menor participação na vida escolar ou cujos estudantes necessitam de maior acompanhamento pedagógico.

Durante as visitas, serão promovidos momentos de diálogo com os responsáveis, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem, comportamento e dificuldades enfrentadas pelos alunos. Também serão oferecidas orientações pedagógicas para que as famílias possam acompanhar e apoiar o processo educativo em casa.

As informações obtidas durante as visitas serão registradas pela equipe escolar, respeitando os princípios éticos e a privacidade das famílias. Posteriormente, os dados coletados servirão de base para a elaboração de ações e estratégias voltadas às necessidades identificadas, fazendo com que a parceria escola e família se fortaleça.

Resultados Esperados

Espera-se que a escola receba uma maior participação das famílias nas atividades escolares, que a comunicação se torne mais fluida entre os envolvidos, de forma a contribuir para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças.